

Relatório de 2023

CENTRO DE PESQUISAS JUDICIAIS



SUMÁRIO

01.

INTRODUÇÃO

02.

DIRETORIA

03.

NÚMEROS

04.

MÍDIA

05.

PESQUISAS

09.

EVENTOS

13.

CONCURSO

14.

REUNIÕES

18.

PARCERIAS

INTRODUÇÃO

O Centro de Pesquisas Judiciais (CPJ) da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) tem desenvolvido estratégias que fazem o órgão um farol para o Judiciário no Brasil. O CPJ atento às complexidades do Sistema de Justiça tem trazido o futuro para o presente, com estudos de relevância para a toda comunidade jurídica e para a sociedade civil organizada.

O Centro foi instituído como órgão social permanente da AMB, em 1ª de outubro de 2019, sob a direção do ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Luis Felipe Salomão. Com o papel de analisar as problemáticas do Poder Judiciário; refletir sobre o fenômeno da crescente judicialização, quais seus efeitos em relação à própria Magistratura, bem como a maneira pela qual o Judiciário vem lidando com essas mudanças que demandam uma atuação cada vez mais intensa e variada.

Ao longo dos anos, o CPJ tem contribuído para o aperfeiçoamento da carreira de juízes (as), desembargadores (as) e ministros (as) de Cortes Superiores. Ademais, para o funcionamento do Judiciário. O Centro de Pesquisas Judiciais (CPJ) em seu quarto ano de existência consolidou-se como um órgão fundamental da associação dos magistrados brasileiros (AMB), responsável por todos os assuntos relativos às pesquisas.

As principais atividades de 2023 estão relacionadas neste relatório a partir dos tópicos listados.

COMPOSIÇÃO DA DIRETORIA

Com o intuito de garantir a continuidade dos trabalhos os atos executivos nº 065,066, 139, 140, 141, 142, 320, e 332 de 2023, da Presidência da AMB, alteraram a diretoria do CPJ, que passou a ter em 2023 a seguinte composição:

Diretora Geral

Caroline Someson Tauk (TRF 2)

Vice-Diretor

Clayton de Albuquerque Maranhão (PR)

Secretaria-geral

Marcel Ferreira dos Santos (PR)

Membros

Cássio André Borges dos Santos (AM)

Carlos Gustavo Direito (RJ)

Daniela Pereira Madeira (TRF 2)

Luciane Cardoso Barzotto (TRT 4)

Equipe

Dra. Nathalia Vince Esgalha Fernandes -
Pesquisadora

Lays Souza Ribeiro - Secretaria



CPJ EM NÚMEROS



+ **247 MIL** VISITAS À PÁGINA DO CPJ NO ÚLTIMO ANO

+ **4** PÁGINAS VISTAS POR VISITA



+ **1 MILHÃO** E SETENTA E DUAS MIL VISUALIZAÇÕES DE PÁGINAS NO SITE



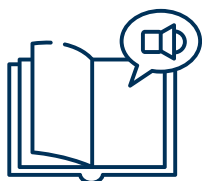
+ **20** MATÉRIAS PUBLICADAS NO SITE DO CPJ/ AMB



3 RELATÓRIOS DE PESQUISA PUBLICADOS



1 CONCURSO DE ARTIGOS ORGANIZADO



1 LIVRO PUBLICADO



4 REUNIÕES ORDINÁRIAS REALIZADAS

+ **50** REUNIÕES DE PROJETOS REALIZADAS

CPJ NA MÍDIA



O CPJ foi citado + de 390 vezes na imprensa em 2023

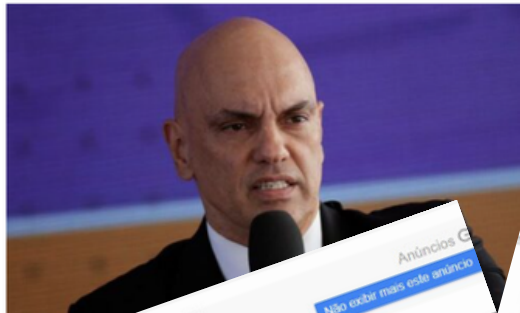
Legislativo é o principal alvo de ações news no TSE e no STF



Avalanche de fake news
O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) contabilizou 127 processos relativos a fake news na eleição de 2022. Isso representa um aumento de mais de 300% em relação ao pleito de 2020, quando os ministros julgaram 31 demandas. Em 2018, foram 17. Em 2016, apenas 3. Os dados constam de estudo inédito do Centro de Pesquisas Judiciais (CPJ) da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) em parceria com a Unesco.

Infelizmente, percebemos um recurso cada vez mais intenso às fake news, em especial no contexto eleitoral, o que compromete a lisura da disputa e afeta o próprio direito cidadão à livre escolha de seus candidi
Frederico Mendes Júnior, presidente

ISTOÉ São Paulo 17°
Coluna 27/06/23 - 9:38min
Moraes é o ministro que mais decodifica fake news



PORTAL DO MAGISTRADO
STF STJ CNJ TSE OAB TST CONGRESSO OUTROS QUEM SOMOS
ÚLTIMAS NOTÍCIAS Indulgidos seis novos projetos no Portal CNJ de Boas Práticas do Poder Judiciário
PESQUISA COM PERFIL DE JUÍZES DA AMÉRICA LATINA É APRESENTADA NA CORTE
IDH
Pesquisa com perfil de juizes da América Latina é apresentada na Corte IDH
Pesquisa com perfil de juizes da América Latina é apresentada na Corte IDH
Pesquisa com perfil de juizes da América Latina é apresentada na Corte IDH

Pesquisa mostra adoecimento de mais da metade dos juizes brasileiros
A maioria dos profissionais diz ter evidências de transtornos psicológicos em suas atividades desde que ingressou na magistratura

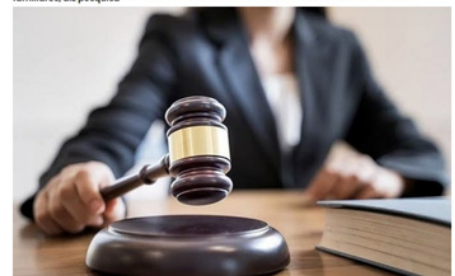


Brasil fica em segundo em ranking de ameaça a juizes na América Latina
Os países com menos ameaças são o Equador, onde 21% relatam terem sofrido tentativa de intimidação, e o Chile, com 25%



JURINEWS 10
NOTÍCIAS JURÍDICAS

MÚLTIPAS FUNÇÕES: Juizes deixam ascensão profissional em segundo plano por motivos familiares, diz pesquisa



one
desinformação no Judiciário Brasileiro?
ESTUDO APONTA NECESSIDADE DE LEI CONTRA FAKE NEWS
AMB: faltam critérios claros para embasar decisões de juizes
Edição do Meio-Dia
25 JUN 12:48 RES

PESQUISAS CONCLUÍDAS



No ano de 2023, o Centro de Pesquisas Judiciais (CPJ) empreendeu uma série de pesquisas e levantamentos de dados com foco nos interesses da magistratura. Durante este período, foram concluídas com sucesso três pesquisas significativas. Além destas, o CPJ mantém outros três estudos importantes em andamento, demonstrando seu compromisso contínuo com a investigação e o desenvolvimento de conhecimento no campo jurídico.

O Perfil da Magistratura Latino Americana



Em fevereiro de 2023, a Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), através do seu Centro de Pesquisa Judiciais (CPJ) em colaboração com a Federação Latino-americana de Magistrados e o Instituto de Pesquisas Sociais, Políticas e Econômicas (IPESPE), lançou uma pesquisa internacional pioneira na Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH). A pesquisa contou com a participação de magistrados e magistradas de 11 países da América Latina, visando traçar um perfil detalhado da magistratura na região. O objetivo principal foi entender a realidade do poder judiciário em cada país, examinando as percepções dos magistrados sobre o funcionamento do sistema judicial, além de identificar desafios comuns, como questões de segurança pessoal, saúde dos magistrados e tópicos relevantes como gênero e raça. Este estudo oferece uma visão abrangente e crucial para a compreensão das dinâmicas e desafios enfrentados pela magistratura latino-americana.

Perfil das Magistradas Brasileiras



Lançada em um evento especial na Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) no Dia Internacional da Mulher, 8 de março de 2023, a pesquisa inovadora, conduzida pela AMB através do Centro de Pesquisa Judiciais (CPJ) e da Diretoria da AMB Mulheres, em colaboração com a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (ENFAM), marcou um passo significativo na compreensão das dinâmicas de gênero no judiciário. Voltada exclusivamente para magistradas, a pesquisa teve como objetivo traçar o perfil das mulheres na magistratura e identificar os principais desafios enfrentados por elas nos tribunais. Este estudo é fundamental para subsidiar a formulação de políticas públicas visando incrementar a presença feminina nos órgãos de justiça e fortalecer a atuação institucional das mulheres em posições de liderança e poder. Este lançamento no Dia da Mulher enfatiza a importância de reconhecer e abordar as questões específicas enfrentadas pelas magistradas no sistema judiciário

Pesquisa "O que é desinformação no Judiciário Brasileiro?"



Lançada em junho de 2023, durante o prestigiado Fórum de Lisboa, a pesquisa conduzida pela Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), por meio do Centro de Pesquisas Judiciais (CPJ) e da Escola Nacional de Magistratura (ENM), em parceria com a UNESCO e a Fundação Getulio Vargas (FGV-RJ), representa um esforço significativo na compreensão jurídica sobre Fake News e Desinformação. Esta iniciativa teve como objetivo identificar os critérios adotados pelo Poder Judiciário Brasileiro para definir e lidar com esses fenômenos. A pesquisa realizou um mapeamento detalhado das decisões judiciais no período de 01 de janeiro de 2019 a 30 de outubro de 2022, visando contribuir para a delimitação conceitual mais precisa e o desenvolvimento de abordagens jurídicas eficazes no combate à desinformação, reforçando assim os princípios de uma dinâmica institucional democrática. A apresentação deste trabalho no Fórum de Lisboa destaca a importância e a urgência de tratar a questão da desinformação em um contexto global e cooperativo.

PESQUISAS EM ANDAMENTO



A Atuação Jurisdicional nos Crimes Relacionados ao Meio Ambiente.

Em uma iniciativa conjunta com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e a Associação Brasileira de Jurimetria (ABJ), foi desenvolvida uma pesquisa com o objetivo de mapear e analisar as cadeias de lavagem de bens e capitais associadas a crimes ambientais. Este estudo, agora em fase de finalização, centra-se na sistematização de informações relacionadas a atores e processos judiciais, examinando-os sob a ótica do fenômeno do crime ambiental. Além disso, visa compreender a atuação jurisdicional no tema, oferecendo uma visão abrangente e detalhada sobre o assunto. A pesquisa, que está prestes a ser concluída, tem seu lançamento previsto para o primeiro trimestre de 2024, prometendo trazer contribuições significativas para o entendimento e aperfeiçoamento das respostas jurídicas aos crimes ambientais. A pesquisa está sob a coordenação da Dra Daniela Madeira.

Como decide o STJ na questão Indígena

Em 2023, o Centro de Pesquisas Judiciais, em colaboração com instituições renomadas como o Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP), a Fundação Getulio Vargas (FGV), o JusBrasil e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), iniciou um estudo aprofundado sobre as decisões do Superior Tribunal de Justiça (STJ) relativas aos direitos das populações indígenas. O período de análise estende-se de 2000 até o presente ano de 2023. O objetivo primordial deste estudo é explorar a evolução da jurisprudência do STJ, mapeando as principais questões e controvérsias jurídicas que surgiram durante esse intervalo de tempo. Atualmente em andamento, o estudo promete oferecer uma visão detalhada sobre como o STJ tem abordado as questões indígenas, com previsão de conclusão e lançamento para o primeiro semestre de 2024. A pesquisa está sob a coordenação do Des. Clayton Maranhão.

Diagnóstico sobre a Judicialização do Transporte Aéreo no Brasil

O Centro de Pesquisas Judiciais, em parceria com a **Universidade de Brasília** e associações de companhias aéreas renomadas, como **IATA, ALTA, ABEAR e JURCAIB**, está empreendendo um estudo detalhado sobre a judicialização no setor aéreo do Brasil. Este diagnóstico é focado na coleta de informações qualitativas, análise rigorosa de processos e avaliação de evidências, visando elucidar os motivos da intensa judicialização observada no setor.

Atualmente na fase inicial, o projeto, que integra a expertise acadêmica da Universidade de Brasília com a experiência prática das associações de companhias aéreas, tem previsão de conclusão e lançamento em dezembro de 2024. Este estudo visa oferecer uma perspectiva abrangente e soluções inovadoras para os desafios jurídicos enfrentados pelo setor aéreo brasileiro. A pesquisa está sob a coordenação do Des. Carlos Gustavo Direito.



**CPJ REALIZARÁ DIAGNÓSTICO SOBRE
JUDICIALIZAÇÃO DO TRANSPORTE AEREO
NO BRASIL**

Eventos

Em 2023, o Centro de Pesquisas Judiciais (CPJ) consolidou sua posição como um epicentro de conhecimento e inovação jurídica através da realização e participação em 8 eventos significativos. Estes eventos abrangeram uma gama diversificada de temas jurídicos e sociais contemporâneos, refletindo o compromisso do CPJ em promover o diálogo, a pesquisa e a disseminação do conhecimento no campo



LANÇAMENTO DE PESQUISA DA FLAM NA CIDH

Em fevereiro de 2023, a Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), através do seu Centro de Pesquisa Judiciais (CPJ) em colaboração com a Federação Latino-americana de Magistrados e o Instituto de Pesquisas Sociais, Políticas e Econômicas (IPESPE), lançou a pesquisa “O Perfil da Magistratura Latino Americana” na Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH).



EVENTO DIA INTERNACIONAL DA MULHER

O CPJ organizou o lançamento da pesquisa Perfil das Magistradas Brasileiras, em um evento especial na Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) no Dia Internacional da Mulher, 8 de março de 2023, com a presença de diversas autoridades, dentre elas a Presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Maria Thereza de Assis Moura.



EVENTOS



XI FÓRUM JURÍDICO EM LISBOA

O XI Fórum Jurídico de Lisboa, organizado pelo Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP), em conjunto com a Universidade de Lisboa (ICJP) e a FGV Conhecimento (CIAPJ/FGV). Realizado nos dias 26, 27 e 28 de junho, o evento focou no tema 'Governança e Constitucionalismo Digital'. Uma das contribuições notáveis foi a apresentação da pesquisa do CPJ 'O que é desinformação no Judiciário Brasileiro?' pela diretora do Centro de Pesquisas Judiciais (CPJ), a Juíza Caroline Tauk, destacando a presença da AMB momento-chave no fórum.



Em outra mesa do Fórum, o Corregedor Nacional de Justiça e Ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Luis Felipe Salomão, a Diretora-Geral do CPJ, Caroline Tauk, e a Juíza Daniela Madeira Pereira, membro do órgão, participarão de painéis que debatem políticas públicas para a Magistratura brasileira e apresentaram os trabalhos "Perfil das Magistradas Brasileiras" (CPJ/ENFAM), "Um Estudo do Processo de Recuperação de Empresas" (CPJ e FGV/RJ) e a "Atuação Jurisdicional nos Crimes Relacionados ao Meio Ambiente" (CNJ/ABJ/ CPJ).



XXVIII SEMINÁRIO DE VERÃO DE COIMBRA

O XXVIII Seminário de Verão de Coimbra, aconteceu nos dias 3 e 5 de julho, em Portugal, realizado pela Associação de Estudos Europeus da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra e pelo IPEJA - Instituto de Pesquisa e Estudos Jurídicos Avançados. O evento teve como tema "O Direito na encruzilhada - Economia, proteção, clima, saúde e alimentação". Neste seminário também foi apresentada a Pesquisa sobre as Fake News.

EVENTOS



XII ENCONTRO DE PESQUISA EMPÍRICA EM DIREITO - EPED

O XII Encontro De Pesquisa Empírica Em Direito aconteceu nos dias 21 a 25 de agosto e teve por objetivo provocar debates e aprofundar a troca de experiências a partir de pesquisas empíricas realizadas e em andamento, bem como estimular o engajamento entre pesquisadores. O Centro de Pesquisas Judiciais apresentou as seguintes pesquisas “O Perfil da Magistratura Latino-Americana” e “Perfil das Magistradas Brasileiras e Perspectivas Rumo à Equidade de Gênero nos Tribunais”.



O JUDICIÁRIO NA SOCIEDADE DIGITAL

No dia 26 de setembro, aconteceu o Seminário O Judiciário na Sociedade Digital no auditório da Esmaf em Brasília, que teve por objetivo conhecer, difundir e debater temas de Direito Digital relacionados à prestação jurisdicional, como o constitucionalismo digital, a jurisprudência relacionada ao fenômeno das Fake News. Neste seminário foi apresentada a pesquisa “O que é desinformação no Judiciário brasileiro? Uma análise da jurisprudência dos tribunais superiores sobre as fake news”



ASSINATURA DO ACORDO DE COOPERAÇÃO ENTRE AMB, UNB E CIAS AÉREAS

No dia 12 de dezembro o Centro de Pesquisas Judiciais (CPJ) a Universidade de Brasília (UNB) e as Associações de companhias aéreas ALTA, ABEAR, IATA E JURCAÍB firmaram acordo para a realização do primeiro diagnóstico da judicialização do transporte aéreo no Brasil. Uma iniciativa é inédita que visa identificar as motivações e causas do excesso de judicialização no setor aéreo brasileiro.

EVENTOS

EVENTO DE PREMIAÇÃO DO CONCURSO DE ARTIGOS

O evento "Reflexões Jurídicas dos 20 Anos do Código Civil Brasileiro: Análises e Contribuições dos Magistrados e Advogados vencedores do Concurso Nacional de Artigos Científicos" foi realizado no dia 13/12 no STJ, organizado pelo CPJ/AMB em parceria com a Escola Superior de Advocacia da OAB (ESA/OAB), o evento teve palestras dos autores dos artigos que discutiram suas pesquisas e ideias e reuniu as lideranças das duas entidades, Ministros do STJ, Magistrados e advogados para a premiação dos vencedores do "Concurso Nacional de Artigos Científicos".



CONCURSO DE ARTIGOS - 20 ANOS DE VIGÊNCIA DO CÓDIGO CIVIL BRASILEIRO

O "Concurso Nacional de Artigos Científicos: 20 anos de Vigência do Código Civil", promovido pelo Centro de Pesquisas Judiciais da Associação dos Magistrados Brasileiros (CPJ/AMB) e pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (CFOAB), foi uma iniciativa pioneira destinada a estimular a produção acadêmica e jurídica sobre o Código Civil Brasileiro. Este concurso abarcou oito áreas temáticas específicas: Parte Geral, Obrigações, Contratos, Responsabilidade Civil, Coisas, Família, Sucessões e Direito Digital, refletindo a abrangência e a profundidade do Código Civil na legislação e prática jurídica do Brasil. O concurso esteve aberto a magistrados associados à AMB – ativos, aposentados ou pensionistas – e advogados inscritos nos quadros da Ordem dos Advogados do Brasil.

Para participação, os artigos deveriam ser inéditos e não podiam estar pendentes de publicação em outros fóruns. Cada trabalho precisava ter um comprimento mínimo de 10 e máximo de 20 páginas, incluindo todos os elementos textuais como caixas de texto, notas de rodapé, notas de fim e anexos. A seleção desses artigos foi conduzida por Comissões Temáticas compostas por três avaliadores, seguindo um rigoroso processo de dupla revisão cega, foram mais de **400 artigos inscritos no certame**. Ao todo, 24 artigos foram selecionados para uma publicação conjunta da AMB e da OAB, refletindo a diversidade e a riqueza de perspectivas sobre os vários aspectos do direito civil.

Como incentivo à participação do debate e produção acadêmica a AMB sorteou 6 (seis) associado(a)s da AMB inscritos no Concurso Nacional de Artigos para ganhar prêmios como tablets e inscrições de eventos.

O concurso gerou uma publicação conjunta da AMB e da OAB.



REUNIÕES

Reuniões Ordinárias



1º Reunião do Centro de Pesquisas Judiciais - 01.02.2023

A primeira Reunião do Centro de Pesquisas Judiciais do triênio 2023-2025, realizada de forma híbrida no dia 01 de fevereiro de 2023. Contou com a presença do Presidente da AMB, Frederico Mendes Junior, dos membros Patrícia Cerqueira, Clayton Maranhão, Caroline Tauk, Daniela Madeira e da Pesquisadora Nathália Vince. Nesta reunião foram discutidas estratégias para as pesquisas em andamento.



2ª Reunião do Centro de Pesquisas Judiciais - 12.04.2023

A 2ª Reunião do CPJ aconteceu de forma híbrida. Foram discutidos o andamento das pesquisas "Atuação jurisdicional no combate à lavagem de dinheiro relacionada a crimes ambientais", o "Como decide o STJ - Direito dos povos Indígenas, "Demandas relacionadas às empresas Aéreas" e " Fake news/ desinformação no Judiciário", além do Concurso Artigos. Contou com a presença de Julianne Marques, Clayton Maranhão, Cassio André, Adriano Seduvim, Marcel Ferreira, Paulo Sérgio, Gustavo Direto, Daniela Madeira, Paulo Costa, Marcio Souto

Reuniões Ordinárias



3ª Reunião do Centro de Pesquisas Judiciais - 14.06.2023

Realizada em formato híbrido a reunião teve como pauta o lançamento da pesquisa Fake News, as tratativas para o início do Plano de Trabalho da pesquisa com as Cias Aéreas, a finalização da pesquisa sobre Crimes Ambientais e o andamento da pesquisa sobre os Direitos dos Povos Indígenas. Além disso foram discutidas estratégias de divulgação para o 2º Concurso de Artigos Científicos.



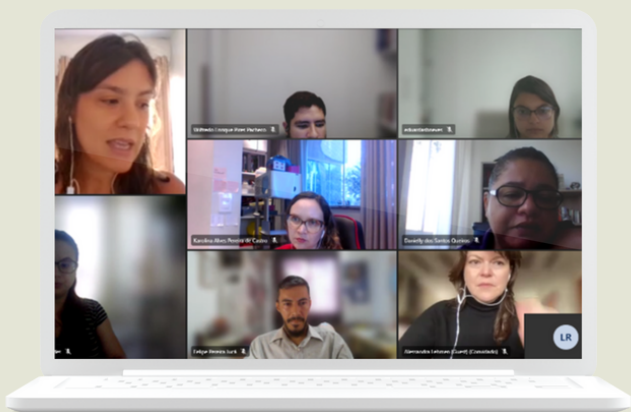
4ª Reunião do Centro de Pesquisas Judiciais - 07.08.2023

A 4ª Reunião do CPJ foi realizada em formato híbrido no dia 07 de agosto de 2023. Teve como pauta o lançamento da pesquisa Fake News/ Desinformação, a finalização da pesquisa "Atuação jurisdicional no combate à lavagem de dinheiro relacionada a crimes ambientais", o andamento das pesquisas "Como decide o STJ - Direito dos povos Indígenas e "Demandas relacionadas às empresas Aéreas" além do Concurso Artigos. Estavam presentes na reunião: Caroline Tauk, Clayton Maranhão, Luciane Barzotto, Marcela Bocayuva, Marcel Ferreira e Nathália Vince.



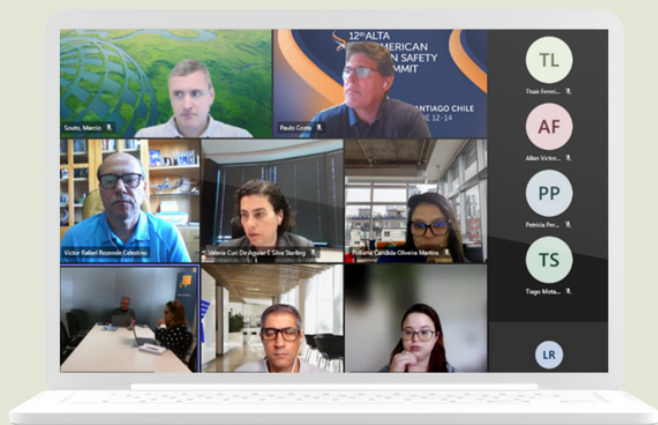
Reuniões de Projetos

Ao longo do ano de 2023 o CPJ realizou mais de 50 reuniões a fim de discutir, planejar e tomar decisões relacionadas aos andamentos e objetivos dos projetos de pesquisas. As reuniões de projeto foram essenciais para manter a comunicação eficiente, alinhar as atividades das equipes de pesquisas, solucionar problemas, acompanhar o progresso e ajustar estratégias conforme o necessário. Participavam das reuniões os pesquisadores, magistrados (as) coordenadores (as), professores, diretores, gerentes, equipe de apoio etc.



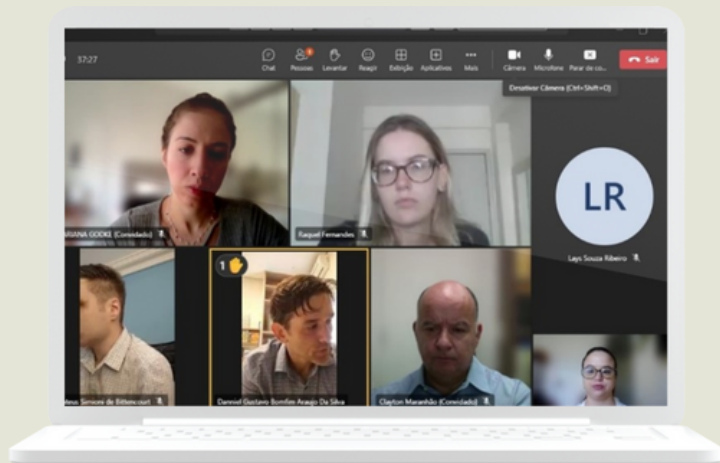
A Atuação Jurisdicional nos Crimes Relacionados ao Meio Ambiente.

Foram realizadas 20 reuniões de projetos ao longo de 2023. As reuniões aconteciam quinzenalmente para acompanhar o andamento das entrevistas realizadas pelos pesquisadores nos órgãos IBAMA, ICMBIO, Min. do Meio Ambiente, Sociedade Civil e Polícia Federal nos 27 estados do Brasil afim de sistematizar informações de atores e processos judiciais analisados sob o ponto de vista do fenômeno crime ambiental, compreendendo a atuação no tema.



Diagnóstico sobre a Judicialização do Transporte Aéreo no Brasil.

Foram realizados 10 encontros em 2023. As reuniões tiveram por objetivo definir o desenvolvimento da pesquisa e as contribuições que cada associações dará , como por exemplo o banco de dados das cias aéreas.



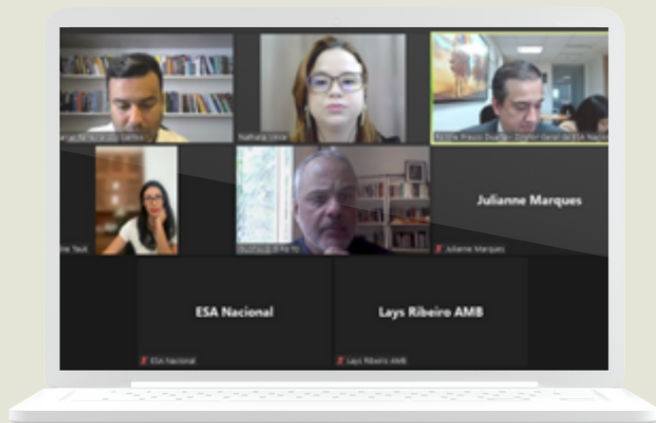
Como decide o STJ - Na questão Indígena

Foram realizadas 8 reuniões ao longo de 2023. Os alunos do curso de direito Mateus Bitencourt, Mariana Godke e Raquel Fernandes sob a orientação do professor e desembargador Clayton Maranhão ficaram responsáveis por sistematizar a base de dados fornecida pelo Jusbrasil de forma a identificar quais são os principais temas julgados pelo STJ a respeito do direito indígena no Brasil.

Reuniões de Projetos

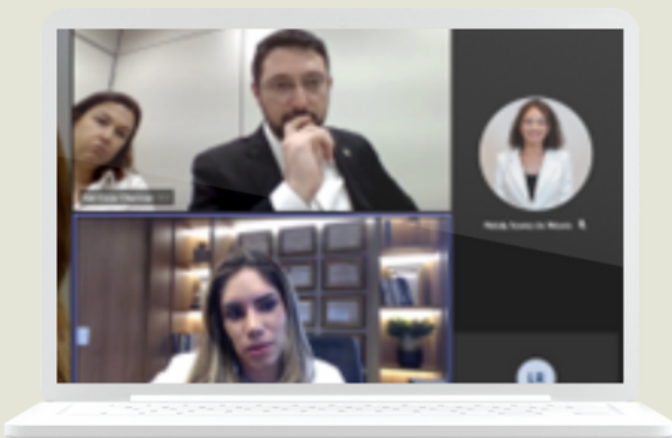
Pesquisa Fake News

Foram realizadas 4 reuniões ao longo do ano de 2023. Com a pesquisa em andamento as reuniões tiveram o objetivo de ajustar detalhes e planejar o lançamento.



Concurso de Artigos - 20 anos do Código Civil Brasileiro

Ao longo do ano foram realizadas 4 reuniões do concurso de artigos. O objetivo das reuniões eram alinhar ideias, organizar o projeto, definir prazos.



CPJ, ENM e ANAC

Foram realizadas 2 reuniões com a ENM e ANAC para discutir a criação de um curso para os magistrados se aperfeiçoarem nos assuntos relacionados ao transporte aéreo no Brasil.



CPJ e AMAMSUL

O CPJ apresentou o seu trabalho para a AMAMSUL em maio de 2023, a entidade pretende criar um órgão similar.

Ao longo do ano de 2023 o CPJ realizou outras reuniões de projetos de pesquisas e projetos que ainda não estão em andamento, além de consultorias a outras áreas, que não foram listadas aqui no relatório.

